



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2013

AUDIÊNCIA

Cohidro poderá assumir a Ceasa

Jorge Henrique



CENTRAL DE abastecimento é administrada atualmente por uma associação de comerciantes do espaço que já não se mostra mais disposta a administrar o local

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá ser firmado entre o Ministério Público de Sergipe (MPE) e a Companhia de Desenvolvimento e Irrigação (Cohidro) para a realização de processo licitatório com o objetivo de regularizar a atividade comercial na Central de Abastecimento do Estado de Sergipe (Ceasa). A audiência para análise e assinatura do TAC pelo secretário de Estado da Agricultura, José Sobral, está marcada para o próximo dia 9. Foi esse o resultado da audiência realizada na manhã de ontem, 2, na sede do MP.

De acordo com o promotor de Justiça, Daniel Carneiro Duarte, é importante que o espaço público seja utilizado de forma correta a atender o interesse público. “É preciso regularizar a situação dos comerciantes do Ceasa, tendo em vista a sua precariedade, e não qualquer título jurídico que justifique a permanência daqueles comerciantes. Por isso, a necessidade da deflagração de licitação da cessão do espaço público, que é o objeto da celebração do termo a ser celebrado. O correto é que o espaço seja ocupado por quem obtenha o título jurídico e administrativo para explorar o espaço, cumprindo seus deveres e assegurando os seus direitos”, explicou o promotor.

Ao reconhecer a propriedade do prédio onde funciona a Ceasa, o diretor administrativo e financeiro da Cohidro, Aristóteles Fernandes, ressaltou que na próxima semana o secretário José Sobral se reunirá com o procurador geral do

Estado, Márcio Rezende, para discutir a questão da Ceasa, tendo em vista que há parecer da PGE recomendando a rescisão do instrumento de cessão de uso do espaço público pela Associação dos Usuários da Ceasa. “O secretário deseja, pessoalmente, debater o assunto e tomar as providências necessárias para a regularização do local. É uma questão complexa, uma vez que há execuções fiscais, cuja dívida está em cerca de R\$ 2 mi, pois apesar da associação administrar o espaço, não recolhe os tributos”, destacou.

Segundo o diretor presidente da Associação dos Usuários da Ceasa, Augusto Gonçalves Neto, a entidade já não tem mais interesse em administrar o espaço. “Há tempos que queremos que o Estado assuma a administração da Ceasa. Acredito que somos os únicos a fazer em que uma associação administra a central. Mas não queremos mais o Judiciário

determinar evidentemente”, disse, destacando ter dúvidas a respeito do processo de extinção da Ceasa. “Não sabemos como foi feita essa extinção e como se deu o repasse do prédio. São questões sobre as quais não temos conhecimento, mas que continuamos as atividades no local para não se perder o espaço”, declarou.

A respeito da inspeção realizada pela Vigilância Sanitária Municipal, o presidente da Ceasa explica que medidas paliativas já estão sendo implementadas. “A questão da venda sobre peças de madeira, agora estão sendo elevadas peças de alvenaria que serão cobertas para a comercialização das bananas. É preciso compreender que lá trabalhamos com produtos in natura, com casca. Mas estamos fazendo as adequações. Agora, a questão do ponto de água é complexo, pois preciso pedir autorização da Cohidro para a realização da obra, pois será necessário

quebrar, fazer rede de esgoto”, destacou.

De acordo com o coordenador da Vigilância Sanitária de Aracaju, Ávio de Britto, a situação verificada na Ceasa compromete a saúde pública. “É precária a forma como estão comercializando os produtos. A nossa obrigação é para com a saúde pública. Não queremos fechar a Ceasa, queremos que haja adequação na venda dos produtos. Há muita sujeira, frutas vendidas próximo a esgoto e não existe um ponto de água para que os comerciantes possam lavar as mãos e manusear corretamente os produtos. Se fosse para fechar, por mim fecharia hoje, porém tem a questão social, pois muitos trabalham ali há anos. Daí a importância da resolução administrativa, mas que não tem relação com a atividade da Vigilância Sanitária, cujo trabalho é com a saúde pública”, enfatizou.